ISBN 978-85-89336-86-4

POLÍTICA Cultural

Sesc | Serviço Social do Comércio

www.sesc.com.br

POLÍTICA
Cultural

Sesc | Serviço Social do Comércio

Sesc | Serviço Social do Comércio
Departamento Nacional

POLÍTICA Cultural

Versão aprovada na Reunião Anual de Diretores
Março de 2015

Sesc | Serviço Social do Comércio
Departamento Nacional
Rio de Janeiro
2015

SUMÁRIO

7 Introdução

10 1 Fundamentação

17 2 Intencionalidade

19 3 Princípios

19 3.1 Direitos culturais

20 3.2 Diversidade cultural

21 Diretrizes

POLÍTICA CULTURAL

INTRODUÇÃO

O Sesc identifica nas formas de mediação entre cultura e sociedade, e no diálogo entre produção e recepção, os fatores estruturantes de sua Política Cultural, entendida como conjunto organizado de ações.

Palavra de inúmeros conceitos, a variedade de significados do substantivo cultura reflete a sua principal característica: a multiplicidade. Pedra fundamental da ação do Sesc, a multiplicidade é também a essência da formulação da Política, documento resultante de diferentes vozes, iniciativas e proposições feitas em diversos momentos da trajetória de construção do pensamento e ação do Sesc no campo da Cultura.

Ao longo desse percurso, as escolhas sempre estiveram orientadas por algumas questões fundamentais: por que o Sesc faz a opção pelo fazer cultural? É possível impactar a sociedade por meio da ação em cultura? Em que as opções em cultura do Sesc se diferenciam (ou devem se diferenciar) daquelas feitas por outras instituições?

As respostas a essas questões têm conformado uma ação em cultura que busca proporcionar a aproximação entre os diferentes estratos sociais e a produção artística, entendendo arte como algo de natureza subjetiva e como resultado do desenvolvimento da sensibilidade humana em consonância com os diferentes contextos sociais de cada momento histórico: a arte em seu sentido social e como forma singular de comunicação.

Uma política de ação pressupõe um rumo. A eleição de um rumo pressupõe escolhas e escolhas pressupõem diferenciação. O Sesc tem como desafio a proposição de difundir as linguagens artísticas e promover o acesso à informação e à produção do conhecimento, proporcionando um lugar necessário à atividade sensível. Uma ação orientada pelo objetivo de ampliar as possibilidades experienciais, proporcionar novas oportunidades de fruição e de criação, valorizando as inúmeras vertentes estéticas e a reflexão da experiência artística das várias regiões do país.

Ainda como fundamento do diálogo entre o Sesc e a sociedade encontra-se o objetivo de respeitar, fomentar e difundir a diversidade cultural brasileira, expressa tanto na produção artística, quanto na produção intelectual e nas demais manifestações da

expressão cultural – conjunto coeso de ações que interagem, devendo ser igualmente valorizadas, divulgadas e incentivadas, sem estabelecer hierarquia ou juízo de valor entre elas.

Busca-se a validação das formas de expressão singulares, forjadas em diferentes contextos sociais e econômicos, possibilitando o acesso à prática e à vivência cultural, para além do consumo de produtos.

Tomando como pontos de partida as *Diretrizes Gerais de Ação do Sesc* e os demais documentos referenciais que fundamentam e norteiam o trabalho da instituição, a presente Política Cultural formaliza os parâmetros de atuação nessa área, organizando-se a partir de quatro eixos orientadores, a saber: Fundamentação, Intencionalidade, Princípios e Diretrizes, que, articulados entre si, visam a estabelecer um percurso entre a reflexão e a prática.

A Fundamentação traça uma definição do trabalho em cultura no Sesc por meio da reflexão sobre as diferentes ideias de Cultura e sobre o percurso histórico institucional na área, que justifica opções e aponta caminhos futuros. Essa ponderação dá suporte para o estabelecimento dos objetivos no trabalho do Programa Cultura, cuja intencionalidade remete-se ao caráter eminentemente social da entidade, conformando ações que, valorizando a diversidade cultural, contribuem para a ampliação do repertório simbólico dos sujeitos a partir do diálogo permanente entre os diversos atores sociais participantes desse processo.

Em consonância com os objetivos institucionais, os direitos culturais e a diversidade cultural são considerados Princípios balizadores de todas as ações de cultura do Sesc.

Entendendo que, para uma realização satisfatória das ações, são necessárias condições adequadas, as Diretrizes estabelecem parâmetros que possibilitem a efetivação de um trabalho consistente. Nesse sentido, promover as produções artístico-culturais nacionais, enfatizar o processo de criação e experimentação, manter diálogo permanente com os diversos públicos, bem como garantir equipe técnica especializada e infraestrutura adequada são as linhas norteadoras adotadas.

A Política Cultural do Sesc é fruto de um processo de elaboração coletivo, o qual, respeitando as especificidades de cada um dos Departamentos Regionais, busca

integrar as distintas visões e necessidades da instituição na área. Parte do imperativo de se estabelecer um referencial para as ações de cultura da instituição em que todos se identifiquem, reconhecendo na diversidade sua identidade.

Saberes, esperanças, sonhos e práticas que, traduzidos na Política Cultural, a tornam um documento vivo, inspirador da ação, no diálogo constante do Sesc com a sociedade.

1. FUNDAMENTAÇÃO

O conceito de cultura é tão amplo quanto controverso. Por ter sofrido, ao longo da história, inúmeras ressignificações, torna-se, muitas vezes, objeto de ratificação de discursos que, em comum, têm somente a pretensão de constituírem novos regimes de verdade. Por esse motivo, observa-se a importância de se definir o que a instituição compreende como Cultura e, particularmente, o que se pretende com o trabalho em cultura no Sesc.

Se, por um lado, definir esse sintagma é limitá-lo – visto que toda definição é fruto de um processo de seleção –, por outro, entende-se que retomar o seu processo de construção é, também, uma maneira de compreender algumas das questões que são suscitadas quando se procura relacioná-lo com a prática institucional.

Etimologicamente, cultura deriva do verbo latino *colo*, que significa "eu moro, eu ocupo a terra" e também "eu trabalho, eu cultivo o campo". *Cultus*, sua forma verbal no particípio passado, designa o processo de cultivo do solo ao longo dos séculos e, consequentemente, a qualidade adquirida por esse solo a partir da ação do homem. Dessa forma, *cultus* liga-se ainda à construção da memória por um povo.

Por outro lado, enquanto substantivo, *cultus* tem designação religiosa: o culto aos mortos. Refere-se a uma forma primordial de evocação ou de "esconjuro" daqueles que já se foram e marca um sentido mais "espiritualizado" do conceito de cultura. A realização desse culto religioso e a presença do seu conceito elevam as sociedades humanas a um estágio de desenvolvimento singular dentre as espécies animais, introduzindo um elemento extraordinário às atividades mais diretamente relacionadas à sua sobrevivência.

Entretanto, é o particípio futuro, *culturus*, como referência ao que se vai cultivar, que origina a ideia de cultura como "trabalho a ser feito desde a infância", "condição de vida mais humana, digna de almejar-se", conceito que tende a se afirmar em épocas caracterizadas por grandes projetos de futuro, tais como o Renascimento, o Iluminismo, as revoluções científicas e socialistas.

Este último termo, por sua vez, é equivalente ao termo grego *paideia*, donde deriva a palavra pedagogia, marcando a relação entre cultura e educação. Com essa

influência advinda dos gregos, cultura passa a se referir ao conjunto de práticas, técnicas, símbolos e valores transmitidos às novas gerações para garantir a *reprodução de um estado de coexistência social*.

Tal aproximação supõe, assim, assumir o exercício de compreensão da realidade como princípio educativo e a estética como elemento de experiência formativa, ambos processos em que se acionam os sentidos, impondo um dilema para a educação e a cultura enquanto conformadores ou críticos da existência humana.

Conceito complexo, a cultura implica algo incompleto, constante estado de criação e renovação, oscila entre passado e futuro, mas também entre atividade e passividade, já que o cultivo, tanto o da terra quanto o do espírito, pressupõe o movimento de um agente sobre um objeto, um "cuidar ativo". Marca também a interação entre o regulado e o não regulado, entre a regra e a liberdade, já que a ideia de lavoura (e também a de educação) pressupõe a relação entre regulamento e crescimento espontâneo.

Desde a Idade Moderna, a cultura designa tanto uma "sabedoria" de caráter transcendente – sob o ponto de vista de sua "oposição" à natureza e do seu vínculo com a "religião" – quanto uma "forma isolada de crítica social". Liga-se, por um lado, aos conceitos de "civilidade" e "civilização", enquanto modos de conduta socialmente refinados, e, por outro, à produção cultural de uma nação, abrangendo elementos religiosos, artísticos e intelectuais. Se o primeiro sentido implica nivelar hierarquicamente os diferentes povos e nações a partir de um objetivo utópico voltado para o desenvolvimento (sugerindo que existem países e comunidades "mais civilizadas" do que outras), o segundo realça e valoriza as diferenças (a cultura helênica, a filosofia alemã, a música brasileira, por exemplo).

Nessa direção, a cultura é ainda uma área onde se marcam posições e diferenças sociais. Expressões como "cultura erudita" e "cultura popular" são mais empregadas para distinguir grupos sociais como seus produtores e consumidores (a partir da condição econômica e nível de escolaridade), perpetuando uma determinada ordem, do que para conceituar conteúdos de produção cultural.

Ao longo do tempo, fortalece-se o entendimento do conceito de cultura, em sentido mais amplo, reaproximando-o da significação etimológica da palavra, abrangendo

todas as dimensões da vida em coletividade, abarcando o conjunto de acontecimentos, manifestações e representações sociais (valores, hábitos, costumes, crenças, produção intelectual e artística).

Nessa perspectiva, a ação finalística do Sesc é calcada no respeito e na valorização dos hábitos e práticas individuais e coletivos. De acordo com as *Diretrizes Gerais de Ação:*

> Cabe salientar, finalmente, que o campo da produção cultural é um daqueles em que se jogam de forma decisiva as possibilidades e as esperanças de construir um país melhor para todos. [...] e é inquestionável que a produção, o debate, a divulgação de obras e objetos da cultura constituem o espaço privilegiado em que se forjam, em que se transformam e em que se difundem novas visões de mundo, e se acumulam o conhecimento e a compreensão da realidade (SESC, 2004, p. 7-8).

A história da constituição e institucionalização do Programa de Cultura no Sesc se dá paralelamente a diversos movimentos de ordem política, tanto em esfera nacional, como mundial, na busca por políticas públicas de cultura. A ideia de política cultural, como conjunto de ações organizadas, se fortalece a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que representou um novo olhar para a questão da cultura na esfera pública. Nesse sentido, em novembro de 1951, o documento produzido a partir da I Convenção de Técnicos, realizada em Bertioga, São Paulo, já se alinhava a essa perspectiva ao preconizar que:

> [...] a prática sistemática do serviço social de casos e o desenvolvimento do serviço social de grupo, *recomendando ainda preferência para a criação e desenvolvimento de obras recreativas, associativas e culturais*, que admitissem planejamento a longo prazo (SESC, 1951, p.1, grifos nossos).

Seguindo essa premissa, foi na metade da década de 1970 que o Programa Cultura foi regulamentado no Sesc. A Portaria nº 215/75, que aprovava o Código de Programas, Subprogramas e Atividades/Projetos, já incluía o Programa Cultura, o qual era definido como o "conjunto de ações destinadas ao aprimoramento cultural

da clientela" (SESC, 1975, p.2). Nesse momento, o programa era composto do Subprograma Difusão Cultural, que abarcava as Atividades Bibliotecas, Apresentações Artísticas, Comemorações e Artesanato.[1]

Interessante observar que a difusão cultural é a tônica da definição do seu único subprograma. Nesse momento, as ações ainda deveriam ser exclusivamente voltadas ao comerciário: "Conjunto de atividades/projetos destinados a difundir a cultura, tornando-a accessível a população comerciária" (SESC, 1975, p. 5).

Já em 1982, a Portaria Sesc nº 315/82 representava um aperfeiçoamento da anterior, estabelecendo, pela primeira vez, referenciais técnicos para a realização de programações e ações *educativas* em torno das linguagens artísticas e bibliotecas na instituição. De acordo com a nova Classificação Programática estabelecida então, o Programa Cultura compreendia "o conjunto de ações voltadas à preservação e disseminação do conhecimento presente no patrimônio social, cultivo do desenvolvimento da aptidão física e esportiva, bem como estímulo a práticas recreativas e informais" (1982, p.12).

Dividido nos subprogramas Educação Física e Difusão Cultural, este segundo compreendia, de acordo com o documento, o "conjunto de projetos/atividades destinados a cultivar, divulgar e transmitir as artes, o artesanato, o folclore e suas manifestações, incentivando a preservação e o desenvolvimento do patrimônio artístico-cultural" (p.13), representados pelas Atividades Biblioteca, Comemorações, Recreação, Recreação Infantil, Expressões Artísticas e Desenvolvimento Artístico-cultural. Assim, podemos observar que o Programa tinha um caráter abrangente, que abarcava uma variada gama de interações sociais, desde as artes até as práticas desportivas.

[1] De acordo com a Portaria:

"Apresentações artísticas

Consigna as ações destinadas a promover apresentações de obras pertinentes aos diferentes campos da expressão artística. Compreende as realizações mais frequentes de apresentações de filmes, peças teatrais, shows musicais, dança, poesia, exposições de artes plásticas.

Comemorações

Consigna as ações destinadas a promover reuniões da clientela com vistas a celebrar as datas consagradas no calendário festivo e outros eventos. Compreende as realizações mais frequentes de comemorações de datas cívicas, festas religiosas e homenagens diversas (Dia das Mães, Dia do Livro etc.)

Artesanato

Consigna as ações destinadas ao desenvolvimento de habilidades que favoreçam a criatividade e a capacidade artística, tendo por base as tradições – locais de arte e cultura popular. Compreende as realizações mais frequentes de tapeçaria, trabalhos em couro, madeira, sisal, vime, cerâmica, barro etc., talhas, pintura."

Nesse momento, foram implantados os primeiros projetos nacionais na área das manifestações artísticas: são de 1982 o ArteSesc, de Artes Plásticas e as Feiras de Livros infantis, desenvolvidas pela Atividade Biblioteca.

Foi nessa mesma época que as políticas culturais começaram a ganhar visibilidade como parte das agendas públicas no Brasil, podendo-se identificar a criação do Ministério da Cultura, em 1985,[2] como um marco na trajetória de implementação de ações públicas em cultura no país. Ainda que não tenha se convertido, naquele momento, em uma política de longo prazo para o campo da cultura brasileira, expôs a fragilidade do sistema público na área estimulando a reflexão crítica no campo das políticas culturais.

Assinala-se aqui o entendimento de política cultural como um conjunto de princípios, objetivos e estratégias estabelecido por um organismo público ou privado, a fim de orientar as ações de mediação, regulação e intervenção no campo cultural, englobando ao menos três dimensões: i) a dimensão política, que sublinha a existência de conflitos de ideias e relações de poder na produção e circulação de bens simbólicos, o que implica a necessidade de escolhas como resultado de posicionamentos assumidos; ii) a dimensão técnica, que se refere ao reconhecimento e à apropriação de saberes específicos da esfera do estético e do simbólico; iii) e a dimensão administrativa, que diz respeito às metodologias que embasam o aspecto pragmático das ações.

Há variações acerca dos modelos de política cultural que correspondem aos modos diversos como estes modelos valoram o interesse público, ou o interesse privado, no jogo de forças da esfera pública. Os modelos de política cultural variam, também, em função da compreensão dos direitos culturais que devem ser priorizados, oscilando entre aqueles que privilegiam o direito de acesso à cultura e aqueles que consideram os cidadãos como produtores de cultura e potenciais partícipes das decisões nesse campo.

Quando se considera especificamente as políticas culturais empreendidas pelo poder público em contextos democráticos, esse quadro pode ser expresso pelo grau de intervenção de um ente estatal na condução dessa política, que para o Sesc consolida o papel fundamental de coadjuvante do Estado, situando-se no campo dos direitos e da garantia a uma ação pública no âmbito da cultura.

[2] O MinC foi criado na gestão do presidente José Sarney, a partir do desmembramento da então Secretaria de Cultura, vinculada ao MEC, e sua ascensão ao *status* de Ministério.

A segunda metade da década de 1980 e a década de 1990 marcam a estruturação e o fortalecimento do Programa Cultura no Sesc, por meio de programas de incentivo à constituição de equipes especializadas, realização de capacitações técnicas aos profissionais dos Departamentos Regionais e das Delegacias Regionais e implantação dos projetos nacionais Palco Giratório, de Artes Cênicas e Sonora Brasil, na área de Música, criados em 1998.

Nos anos 1990, o Programa Cultura caminhou no sentido de buscar uma especialização das ações, tanto no campo das artes quanto nos campos da recreação, do esporte e do lazer, o que levou a uma compreensão institucional, a partir de 2004, de que as atividades referentes a essas quatro áreas deveriam ser alocadas em duas gerências distintas. Assim, a Portaria 490/2004, considera Atividades do Programa Cultura — Biblioteca, Apresentações Artísticas e Desenvolvimento Artísitico-cultural, convencionando-se chamar "cultura" o que, na prática, representa o trabalho de formação, acesso e difusão da informação e da arte desenvolvido pela instituição.

O Programa Cultura do Sesc aponta para uma compreensão expandida da sua ação social na cultura, considerando os limites transitórios e intercambiáveis das fronteiras entre áreas, segmentos, campos e técnicas que coabitam o mundo das artes, das linguagens e das manifestações materiais e imateriais do Brasil. Assim, a concepção da ação institucional em cultura abarca tanto a arte em suas especificidades de linguagem quanto os hibridismos decorrentes dos atravessamentos de fronteiras que geram novas formas de expressão, intertextualidades e transdisciplinaridades, por meio dos múltiplos sistemas de comunicação e produção de conhecimento, geradores de vínculos criativos com a vida cotidiana como a gastronomia, as religiões, os trajes, a arquitetura, os artesanatos e variados modos de ser, fazer e estar no mundo e, também, setores emergentes das indústrias criativas e da tecnologia.

Atuando no âmbito federativo, em um país de dimensões continentais como o Brasil, e percebendo os diferentes indivíduos e diferentes comunidades como produtos e como produtores de cultura, o Sesc considera que a produção e a difusão dos bens culturais, quer como elemento simbólico, quer como produto da chamada "indústria cultural", vem historicamente se estruturando de modo desigual. Em termos práticos, isto se reflete na dificuldade que sujeitos oriundos de classes sociais

economicamente desfavorecidas e de fora dos grandes centros urbanos têm de difundir a sua produção artístico-cultural e também de conhecer e de dialogar com outras expressões.

A concepção de cultura que norteia o referido Programa não tem em vista uma preservação estanque do patrimônio artístico e cultural brasileiro. Interessa proporcionar à clientela do Sesc, e à sociedade de um modo geral, novos olhares e novas atitudes com relação à própria história e no que respeita à construção do futuro. Considerando esse contexto, seu trabalho se desenvolve no sentido de refletir o modo como a cultura se forma e se manifesta nas práticas dos seus sujeitos.

Assim, o Sesc sedimenta-se na finalidade primeira de "contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores no comércio e seus dependentes", considerando sua clientela preferencial o comerciário de menor renda e seus dependentes. Particularmente no que tange ao Programa Cultura, as *Diretrizes Gerais de Ação* ressaltam que "[...] os serviços/atividades voltados para o atendimento de grandes contingentes poderão ser estendidos à comunidade". (p. 11)

Tal ideia, dentro de uma instituição que tem como seu princípio fundador e seu público o comerciário, está calcada na diretriz básica do Sesc, que é a realização de um trabalho eminentemente educativo, "voltado para o desenvolvimento integral dos indivíduos, mediante a melhoria da compreensão do meio em que vivem, maior percepção de si mesmos, elevação sociocultural das suas condições de vida e desenvolvimento de valores próprios de uma sociedade em mudança e que o façam partícipe desse processo" (p.14).

Intitular o Programa como "Cultura" aponta para uma compreensão de que as manifestações culturais, assim como o conhecimento salvaguardado, disponibilizado e dinamizado pelas bibliotecas, constituem bens simbólicos, que exprimem a cultura em que são produzidos e são os principais conteúdos da ação do Sesc. Isso não significa desconsiderar outros aspectos da vida como sendo culturais; trata-se apenas de uma convenção institucional. É importante salientar que a arte é um domínio de ação com limites imprecisos e permeáveis, historicamente mutáveis. O Programa Cultura deve estar constantemente atento à manutenção e transformação das formas de expressão dos diversos segmentos da sociedade.

2. INTENCIONALIDADE

Nas Finalidades e Objetivos das *Diretrizes Gerais de Ação do Sesc*, "a área das manifestações artístico-culturais é considerada como contexto dos mais expressivos", sendo necessário que a instituição "amplie seus esforços no sentido de criar condições que possibilitem à produção artístico-cultural se tornar um real instrumento de transformação dos indivíduos e da sociedade", por meio do seu estímulo e da sua difusão.

Com o objetivo de contribuir para a reflexão e criação simbólica, nos planos individual e coletivo, o Sesc considera a necessidade de colaborar para ampliar o repertório simbólico dos sujeitos a partir do conhecimento dos contextos socioculturais e do diálogo permanente entre os diversos atores sociais participantes desse processo, priorizando a formação, a experimentação, a circulação, o encontro e a troca entre diferentes saberes, modos de sentir, fazer e viver.

Assim, propiciar o contato com as expressões artísticas e culturais e a oportunidade de desenvolver novos olhares sobre as manifestações e os processos artísticos objetivam diversificar e transformar os meios de interação com a realidade circundante. A inovação estética e o diálogo com a arte, ao estimularem o senso crítico, a capacidade de análise e de expressão e a reflexão, pretendem aprofundar o sentido de participação na vida social.

Entendendo o Sesc como uma instituição educativa no seu sentido mais amplo, que atua na diversidade cultural, social, econômica e geográfica desse país, seus objetivos em Cultura devem estar em sintonia e conectados com essa realidade plural, respeitando a singularidade das manifestações artístico-culturais de seu povo, difundidas por meio de diversos segmentos, suportes e tecnologias, que expressem, no presente, as marcas históricas de suas tradições e de suas rupturas e perspectivas para o futuro.

Assim, o Sesc visa a garantir, por meio de suas ações, o direito à participação dos indivíduos na vida cultural, não como um mero consumidor e reprodutor de bens culturais massivamente difundidos pela indústria cultural, mas como cidadão crítico, cuja fruição reflita uma opção. Nesse sentido, fomentar a produção e o intercâmbio artístico, proteger e difundir o patrimônio material e imaterial, salvaguardar e difundir o conhecimento são compromissos do Sesc com a sociedade.

O Programa Cultura do Sesc, tendo como fator fundamental a promoção da reflexão e da criatividade, assume a responsabilidade de trabalhar para impulsionar esses processos de identificação cultural e de desenvolvimento individuais e coletivos, respeitando o ser humano como um ser ativo e capaz de provocar mudanças em sua realidade e na sociedade.

3. PRINCÍPIOS

3.1 DIREITOS CULTURAIS

A reflexão sobre o direito à cultura como elemento indissociável dos direitos humanos parte de uma compreensão da cultura como um direito fundamental, inerente à condição de dignidade humana.[3]

Dessa forma, embora a produção e vivência da cultura seja uma característica de todo indivíduo, a sua legitimação, por meio de documentos que resguardem o exercício dos direitos culturais, é essencial à garantia de práticas culturais das mais diversas e de todas as naturezas, como religiosas, festivas e artísticas, uma vez que, ainda hoje, o cerceamento do seu exercício, manifestado sob diferentes maneiras, é uma prática comum.

Derivados da Declaração Universal dos Direitos Humanos, firmada em 1948, os Direitos Culturais surgem no contexto em que se deu o processo de reconstrução social após o fim da Segunda Guerra Mundial. Em termos práticos, o direito de participar da vida cultural da sociedade se dá por meio de um conjunto de ações que devem ser divulgadas, fomentadas e perpetradas, resguardando as especificidades regionais.

Assim, o acesso e a participação nas manifestações culturais devem fazer parte das políticas públicas locais e nacionais, de modo a promover o reconhecimento e a visibilidade de todas as manifestações de maneira equilibrada, fortalecendo aquelas próprias de grupos minoritários, como previstos na Constituição Federal e em outros documentos regulamentadores.

A partir da compreensão de que o direito à cultura deve ser não somente respeitado, mas considerado pilar de todo o Programa Cultura, o Sesc deve acolher sem discriminação as mais diversas formas de manifestação cultural, considerando-as bem simbólico da sociedade em que está inserido e para a qual atua.

[3] Os Direitos Humanos ou Fundamentais surgem como forma de reconhecimento legal dos direitos naturais inerentes ao homem, a fim de protegê-lo de eventuais arbitrariedades cometidas pelo Estado, buscando resguardar o homem na sua liberdade (direitos individuais), nas suas necessidades (direitos sociais, econômicos e culturais) e na sua preservação (direitos relacionados à fraternidade e à solidariedade).

3.2 DIVERSIDADE CULTURAL

Considerando a cultura como elemento identitário dos grupos sociais, devemos reconhecer que a diversidade cultural é uma característica essencial da humanidade e precisa ser compreendida e valorizada, e o direito à participação na vida cultural ser garantido.

É por meio da cultura que os grupos se expressam, se identificam, se diferenciam e se afirmam; assim a diversidade cultural compreende os variados modos de criação, realização, difusão e fruição dessas expressões, e valorizá-la significa reconhecer as diferenças, conferindo-lhes igual dignidade. Entende-se que todas as formas de manifestação cultural têm sua importância. Para tanto, é fundamental entender que todo ser humano tem o direito de criar suas próprias expressões culturais e ter acesso às suas diversas manifestações, ao conhecimento de seus códigos, às estruturas simbólicas e às técnicas nelas empregadas.

Propondo-se a atuar no campo da cultura, reconhecendo as manifestações culturais como expressões de identidades, valores e significados, e com o propósito de transcender seus objetivos mais imediatos para colaborar com o processo de desenvolvimento integral do indivíduo, o Sesc busca trabalhar com as diversas formas de ver e entender o mundo, abrigando em sua grade de programação múltiplas expressões artísticas, reconhecendo a importância de todos os envolvidos no fazer cultural.

Para o Sesc, a gestão do Programa Cultura diz respeito a uma contínua sistematização de oportunidades por meio de suas programações e projetos, para que as pessoas se apropriem e compartilhem códigos culturais, ressignificando-os. Tais condições são viabilizadas a partir do momento em que a instituição está atenta ao patrimônio cultural – material e imaterial – como elemento de grande relevância para o desenvolvimento de suas ações, que são voltadas para a valorização e difusão da arte e do conhecimento como bens simbólicos, ressaltando, assim, seus agentes produtores.

DIRETRIZES

PROMOVER AS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICO-CULTURAIS NACIONAIS

No âmbito da cultura é preciso considerar as desigualdades estruturais da sociedade brasileira, entre as diversas camadas da população e regiões do país, incidindo na gestão de políticas públicas de cultura.

Essa realidade se reflete para além das questões de acesso aos meios de produção e de recepção da produção cultural, no que diz respeito à detenção de aparatos/equipamentos que viabilizam o registro e reprodução de obras, durante muito tempo concentrados nas mãos de poucos, em função do alto custo de aquisição e manutenção, restringindo a capacidade de reprodução de produtos culturais em larga escala para circulação.

Embora em termos de mercado essa concentração ainda exista, podem-se verificar algumas mudanças provocadas na sociedade. Na contramão de uma ideologia de massas, há uma predisposição latente ao exercício de uma atividade humana sensível, em busca do compartilhamento e do acesso às diversas formas de expressão cultural.

No entanto, esses movimentos individuais e coletivos, tanto de artistas, como da população em geral, não caracterizam mudanças estruturais que viabilizem um equilíbrio nas condições de produção e difusão artística nacional.

Promover a produção nacional nessa realidade implica uma atuação estratégica, que se inicia na base do processo criativo e compreende todas as demais etapas de realização e difusão da produção artística, entendendo a importância de seu fortalecimento para o desenvolvimento social do país.

1

Exige garantir condições para o diálogo entre a pluralidade das manifestações culturais e incentivar o estudo, a investigação e a crítica, realizando ações que fomentem uma constância de manifestações artísticas procedentes das diferentes regiões brasileiras.

Requer o estabelecimento de espaços, de canais de cooperação e comunicação, que viabilizem romper com as limitações do domínio desigual dos meios de produção e difusão da arte e das demais manifestações culturais, para que sejam conhecidas, apreciadas, debatidas, de forma que, a partir desse espaço de exposição, a produção artística das e nas diversas regiões do país cresça e seja difundida, ocupando maior espaço na sociedade.

ENFATIZAR OS PROCESSOS DE CRIAÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO

A criação pode ser entendida como um ato contínuo de invenção, fruto da reflexão e elaboração intelectual, que se dá a partir da relação do homem com o meio, sendo a experimentação um processo de criação aberto à pesquisa de novas possibilidades, sejam elas materiais ou discursivas, com caráter ensaístico, cuja matriz está na busca por novas possibilidades no campo das artes. Disposição de caráter histórico, o processo criativo está atrelado a determinado tempo e lugar, o que significa afirmar que aquilo que é experimental em um contexto pode ser convencional em outro.

Criação e experimentação mantêm relação complexa com a tradição. Quando o que se propõe é fomentar a criação, negar a produção cultural já deixada como legado para a humanidade é tão equivocado como negar que novas manifestações se desenvolvem. É negar que o homem tem uma história, que a cultura se constrói no dia a dia, que a história da humanidade é construída pelo próprio homem. É negar ao homem a autoria do processo de desenvolvimento da sociedade em que vive. É favorecer a importação de modelos e enfraquecer o potencial criativo.

Assim, a ideia de experimentação deve permear toda a ação do Programa Cultura do Sesc, por meio de pesquisa e proposição de projetos inovadores, ações de curadoria e proposição de atividades formativas.

2

MANTER DIÁLOGO PERMANENTE COM OS DIVERSOS PÚBLICOS

As relações cotidianas do público em geral com a arte dão-se costumeiramente sob influência dos veículos de comunicação de massa que tendem a priorizar a difusão de produtos da chamada indústria cultural.

O Programa Cultura do Sesc se constitui posicionando-se em sentido diametralmente oposto, em um processo dinâmico, direcionado para as manifestações artístico-culturais, entendendo-as como manifestações simbólicas de natureza estética, não representando um produto para o consumo, o que a diferencia tanto das demais instituições sociais que utilizam as expressões artísticas de forma exclusivamente instrumental para o desenvolvimento de um trabalho de assistência, como das demais instituições culturais, cujo objeto e/ou objetivos estão circunscritos à difusão dos produtos artísticos.

Reconhecendo as manifestações culturais e expressões artísticas como veículos das expressões de identidades, valores e significados e com o propósito de transcender seus objetivos mais imediatos para colaborar com o processo de desenvolvimento, o Sesc busca trabalhar com as diversas formas de ver e entender o mundo, abrigando em sua grade de programação múltiplas manifestações e reconhecendo a importância de todos os envolvidos no fazer cultural.

Implica, portanto, um trabalho de formação continuada, inclusive com o público interno da instituição, com ênfase na disseminação dos códigos e parâmetros das formas de expressão, na troca de conhecimentos técnicos e artísticos, na facilitação do acesso a bens culturais diversificados,

3

propiciando a reflexão e expressão criativa, sem privilégio para quaisquer tendências e sem subjugar a produção cultural aos parâmetros do mercado, estabelecendo canais de comunicação direta com os diversos públicos, de forma a tornar clara sua proposta de atuação.

Para tanto, é fundamental estar atento ao outro, no diálogo constante e permanente com os diversos segmentos envolvidos no fazer cultural, de forma a garantir processos de avaliação e reflexão da prática, assim como a elaboração e a proposição consubstanciadas na realidade ao redor, tendo em vista um panorama ampliado da sociedade e do papel da instituição na relação com os diversos públicos.

Garantir a interlocução com o público é de fundamental importância para o Sesc, não só como fonte de avaliação de seu trabalho, mas como fonte de informações para o planejamento de suas ações.

Da mesma forma, entende-se que a acessibilidade do público portador de deficiências, assim como de faixas etárias específicas, deve se dar não só do ponto de vista do acesso aos locais de realizações, mas também por meio de soluções de acolhimento que traduzem a intencionalidade da inclusão e o reconhecimento das diferenças.

Finalmente, é importante sublinhar que os conhecimentos acerca dos públicos do Sesc não constituem um saber *a priori*, nem algo a ser definitivamente obtido. Ao contrário, deve-se manter uma atenção permanente para com essa questão, o que significa refinar modos de identificação e categorização dos públicos efetivos e potenciais, assim como de não públicos.

GARANTIR EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA E INFRAESTRUTURA ADEQUADA

O estímulo à produção artístico-cultural implica articular a produção e a recepção, definindo propostas de formação, mediação e gestão, viabilizando equipe especializada, espaços próprios, equipamentos culturais e tecnológicos adequados e de acordo com as especificações e normas técnicas pertinentes a cada forma de expressão artística.

Para cumprir efetivamente o compromisso do Programa Cultura do Sesc, é fundamental assegurar condições arquitetônicas, técnicas e de ambientação específicas dos espaços destinados ao desenvolvimento da programação cultural, garantindo assim que os processos de difusão, fruição, experimentação e análise, se deem em condições adequadas à especificidade de cada iniciativa, proporcionando o respeito técnico à proposta estética concebida para a obra, de forma que sua apresentação ao público se dê mantendo as características concebidas por seu autor e compreendendo os valores, hábitos, costumes, crenças, produção intelectual e artística de grupos e povos.

Considerando as complexidades próprias das respectivas linguagens, é fundamental disponibilizar um quadro composto por profissionais com formação condizente com o seu campo da ação, em sintonia com as diretrizes de uma instituição social, de forma a colaborar para a transformação da realidade, respeitando a diversidade cultural e dando ênfase aos processos de experimentação e criação.

4

Esta publicação foi produzida em DuoDesign 300 g/m2 (capa) e Pólen Soft 70 g/m2 (miolo).